



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

CADERNO DE ENCARGOS

Ajuste Direto nº 5/2025/Cadaval

**Aquisição de prestação de serviços para impressão e finalização das faturas de água
e segundos avisos do município e faturas eletrónicas**



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

Capítulo I

Disposições Gerais

Cláusula 1ª

Objecto

O presente Caderno de Encargos tem por objecto a **Aquisição de prestação de serviços para impressão e finalização das faturas de água e segundos avisos do município e faturas eletrónicas.**

Cláusula 2ª

Prestação do serviço

Serviço de impressão e finalização (Printing & Finishing) das faturas de água e segundos avisos do município e faturas eletrónicas de acordo com o anexo I do caderno de encargos.

Cláusula 3ª

Prazo de prestação de serviço

A prestação de serviços terá início no dia útil seguinte à data da assinatura do respetivo contrato, terminando no final do ano de 2026.

Capítulo II

Obrigações Contratuais

Cláusula 4ª

Obrigações principais do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos, decorre para o prestador de serviços a obrigação de executar um serviço de qualidade.
2. A título acessório, o prestador de serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

Cláusula 5ª

Acompanhamento da prestação de serviços

Para a correcta execução dos trabalhos compreendidos nos serviços objecto deste Caderno de Encargos, o prestador de serviços deverá cumprir com as normas legais e profissionais aplicáveis à presente prestação de serviços, compreendendo a mesma tantas fases quantas as legalmente estabelecidas para a realização de uma prestação de serviços desta natureza.

Cláusula 6ª

Dever de sigilo

1. O prestador de serviços deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao Município do Cadaval, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução da prestação deste serviço.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objecto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado directa e exclusivamente à execução da prestação do serviço.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respectiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

Cláusula 7ª

Preço base

O Preço base é fixado em **14.040,00€ (catorze mil e quarenta euros)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Cláusula 8ª

Preço contratual

1. Pela prestação dos serviços objecto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações do presente Caderno de Encargos, o Município do Cadaval pagará ao prestador de serviços o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Município do Cadaval.

Cláusula 9ª

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município do Cadaval, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 60 (sessenta) dias, após a recepção das respectivas facturas.
2. Em caso de discordância por parte do Município do Cadaval, quando aos valores indicados nas facturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respectivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova factura corrigida.
3. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto no nº 1, as facturas são pagas através de cheque ou transferência bancária.
4. O prestador de serviços deve endereçar as facturas para o edifício dos Paços do Concelho do Município do Cadaval.

Cláusula 10ª

Penalidades contratuais

1. Se o prestador de serviços não cumprir de forma exacta e pontual as obrigações contratuais por facto que lhe seja imputável, o Município do Cadaval, pode a título sancionatório, resolver o contrato e aplicar as sanções previstas no contrato ou na lei.
2. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, o Município do Cadaval, pode exigir do prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária, até 5% do respectivo preço contratual.
3. A existência de penalidades não afasta o direito à resolução do contrato por parte do Município do Cadaval, pelo que, em caso de incumprimento grave do prestador de serviços, aquela pode optar pela resolução do contrato.
4. Nos casos de não cumprimento das obrigações emergentes do contrato pelo prestador de serviços, assistirá ao Município do Cadaval o direito de exigir notas de crédito por incumprimento parcial do contrato ou de efetuar desconto direto nos pagamentos mensais.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

Capítulo III

Força maior e resolução do contrato

Cláusula 11ª

Casos fortuitos ou de força maior

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador de serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respectiva realização, alheias à vontade da parte afectada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, actos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
 - a. Circunstâncias que não constituem força maior para os subcontratos do fornecedor, na parte em que intervenham;
 - b. Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do fornecedor ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedade ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c. Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo fornecedor de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d. Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo fornecedor de normas legais;
 - e. Incêndios ou inundações com origem nas instalações do fornecedor cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f. Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do fornecedor não devidas a sabotagem;
 - g. Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.



MUNICÍPIO DE CADAVAL
Câmara Municipal

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afectadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

Cláusula 12ª

Resolução por parte do prestador de serviços

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o prestador de serviços pode resolver o contrato quando:
 - a. Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 60 (sessenta) dias.
2. O direito de resolução é exercido por via judicial, nos termos da cláusula 14ª.
3. Nos casos previstos na alínea a) do nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao Município do Cadaval, que produz efeitos 30 dias após a recepção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.
4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo prestador de serviços, cessando, porém todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com excepção daquelas a que se refere o artigo 444º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo IV

Cláusula 13ª

Caução

Não é exigível caução, nos termos do nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos.

Capítulo V

Resolução litígios

Cláusula 14ª

Foro Competente



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo do círculo do Cadaval, com expressa renúncia a qualquer outro.

Capítulo VI

Disposições Finais

Cláusula 15ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo prestador de serviços e a cessão da posição contratual por qualquer das partes depende da autorização da outra, nos termos do Código dos Contratos Públicos

Cláusula 16ª

Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Cláusula 17ª

Legislação Aplicável

A tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Caderno de Encargos, aplica-se o regime previsto no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (Código dos Contratos Públicos), na sua atual redação e demais legislação.



MUNICÍPIO DE CADAVAL Câmara Municipal

Anexo I

Produção e fornecimento de consumíveis

Papel pré-impresso em *offset* a 0/1 no formato A4 (210 x 297 mm) em IOR de 80grs com micropicote transversal para impressão das faturas

Papel A4 (210 x 297 mm) em IOR de 80grs para impressão dos segundos avisos

Envelope de 2 janelas (35 x 85 mm e 35 x 100) com impressão 1/1 (Black) cores em papel de 90grs, 115 x 230mm

Aplicação Informática

Utilização de aplicação informática para impressão de faturas a partir de *layout* e ficheiro de dados fornecidos pelo cliente

Adequação da aplicação informática a alterações de *layout* solicitadas pelo cliente. Desenvolvimentos aplicativos decorrentes de alteração do formato de ficheiro, por via de mudança por parte do cliente da aplicação de gestão de águas ou por actualização de versão, bem como a alteração total do *layout* da fatura, serão objecto de cotação, caso a caso.

Printing & Finishing

Impressão laser na frente a preto de dados variáveis no papel acima indicado

Envelopagem automática de documentos em envelope de 2 janelas

Entrega dos objectos postais nas instalações dos CTT de Cabo Ruivo (Lisboa), ao abrigo de um contrato entre o cliente e os CTT

Disponibilização dos comprovativos de entrega aos CTT, de cada entrega de objectos postais, objecto deste serviço

Disponibilização de ficheiros e documentos

Disponibilização de *sftp* criado em exclusivo para acesso pelo [MUNICÍPIO DE CADAVAL](#) através de *user* e *password* próprios e com estrutura de ficheiros adequada à transmissão dos seguintes ficheiros e documentos:

Ficheiros de produção de cliente

Réplica das faturas físicas, disponibilizada em suporte digital (formato *pdf*).

Cópias de guias de expedição CTT



MUNICÍPIO DE CADAVAL

Câmara Municipal

Acompanhamento do processo

Registo de eventos ao longo do processo que permitam ao cliente acompanhar, gerir e avaliar o processo de produção

Emissão de relatórios nas várias etapas do processo que permitam a avaliação do trabalho executado e SLA acordado

Os serviços de impressão e envelopagem de faturas e avisos acima discriminados pressupõem a entrega dos objectos postais nas instalações dos CTT de Cabo Ruivo (Lisboa), ao abrigo de um contrato entre o cliente e os CTT.